MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
15 de outubro de 2021

Entidades dizem não ter acordo sobre PEC do Conselhão

As principais associações que representam integrantes no **Ministério Público** se uniram e divulgaram ontem (14) uma nota conjunta defendendo, mais uma vez, a rejeição integral da Proposta de Emenda à Constituição que altera a composição do Conselho Nacional do **Ministério Público**. O texto amplia a influência política sobre o famoso "Conselhão" e está prestes a ser votado pela Câmara.

Integrantes do MP tem se mobilizado contra a PEC 5, criticando com veemência o texto e apontando "riscos à democracia".

Diferentes expoentes do MP, como o procurador-geral de Justiça do Rio, Luciano Mattos, e o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Ubiratan Cazetta, frisaram que "não há acordo" sobre o texto.

Na nota conjunta, as associações dizem que "não têm como concordar com um texto que fragilize a independência e a autonomia institucionais". A ANPR diz ainda que "proposta atual afasta qualquer possibilidade de convergência, pois continua a violar o desenho institucional do CNMP e do próprio **Ministério Público**".

No texto divulgado nesta quinta-feira (14), as entidades reconhecem o diálogo com o Congresso, apontando negociações inclusive com o presidente da Câmara, Arthur Lira, além de outras lideranças da casa. No entanto, defendem que a continuidade da discussão, "em consonância com o delineamento e os princípios constitucionais do **Ministério Público**".

Além da ANPR, assinam a nota conjunta o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do **Ministério Público** dos Estados e da União - CNPG, a Associação Nacional dos Membros do **Ministério Público** - CONAMP, a Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho - ANPT, a Associação do **Ministério Público** do Distrito Federal e Territórios - AMPDFT e a Associação Nacional do **Ministério Público** Militar - ANMPM.

Preocupação No documento, as entidades elencam pontos em que ainda preocupam os integrantes do **Ministério Público**, como o modo de escolha do Corregedor Nacional - que seria indicado pelo Congresso Nacional, com aumento da interferência política no órgão -, a alteração da atual proporcionalidade na composição do CNMP e a quebra de simetria com o Conselho Nacional de Justiça.

De acordo com as associações, se tais medidas forem aprovadas, vão levar ao "enfraquecimento da autonomia institucional e das prerrogativas dos membros do **Ministério Público**, comprometendo sobremaneira, consequentemente, a defesa da ordem jurídica, da democracia e do interesse público".

Em nota, a ANPR reconheceu o acolhimento de reivindicações das entidades em alguns pontos, como a exclusão da previsão que concentrava poderes nas mãos dos Procuradores-Gerais nos conselhos superiores dos MPs, a garantia de participação dos quatro ramos do MPU no conselho, a iniciativa do CNMP para o código de ética e a possibilidade de revisão dos atos finalísticos. "Neste último caso, contudo, há ambiguidades no texto que merecem ser esclarecidas para afastar a violação da independência funcional", pondera a associação.

Câmara Federal adia votação da PEC 05

A Câmara dos Deputados adiou ontem mais uma vez a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia o número de indicados e a influência do Congresso no Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP).

Ontem, o relator, deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), apresentou uma nova versão do texto, buscando viabilizar a votação, mas a falta de apoio levou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) a propor o adiamento da votação para a próxima terça-feira (18).

"Esta presidência informa que nós hoje terminaríamos a discussão da matéria e marcaríamos a votação para terça-feira, dia mais adequado. Talvez, já com plenário completo, possa facilitar a discussão e torná-la mais democrática", afirmou Lira.

Atualmente, o Congresso indica dois conselheiros. O relatório inicial previa aumentar esse número para quatro, o que já foi criticado por procuradores. No novo parecer, Magalhães ampliou o número para cinco e ainda aumentou de 14 para 17 o número total de integrantes do CNMP, contemplando o **Ministério Público** Militar.

Atos O relator também retirou do texto a possibilidade de o CNMP, por meio de procedimentos não disciplinares, rever ou desconstituir atos que constituam violação de dever funcional dos membros, após a devida apuração em procedimento disciplinar, ou, em procedimento próprio de controle.

Pelo novo texto, serão revisados apenas atos administrativos após apuração em processo disciplinar.

Apesar da mudança neste ponto, procuradores e promotores continuam se queixando da abrangência da redação, que não delimita o que será considerado ato administrativo e, por isso, pode dar margem a punições diversas

Homem é preso por dar soco na esposa grávida

A VÍTIMA DAS AGRESSÕES CHEGOU A TER SANGRAMENTOS.

Um homem de 30 anos foi preso em flagrante, pela Polícia Civil do Maranhão com apoio da Guarda Municipal, pelos crimes de lesão corporal, tentativa de abortamento e injúria, no bairro Canaã, no município de Vargem Grande.

De acordo com a polícia, na noite da última terça-feira (12), o homem desferiu um soco no rosto de sua companheira, que está grávida de três meses, e, ainda, teria tentado sufocá-la com uma "gravata".

Em consequência da agressão sofrida, a vítima chegou a ter sangramentos e foi impedida de ir ao hospital pelo agressor, que disse "pouco se importar" com as condições dela e da criança.

Ainda de acordo com a polícia, durante a manhã da última quarta-feira (13), a vítima conseguiu sair de casa e ir até a delegacia pedir ajuda. O homem foi preso, autuado e encontra-se à disposição da Justiça.

Números

De acordo com dados do **Ministério Público**, em 2020, 8.882 processos de violência contra a mulher no Maranhão, foram 4.927 medidas protetivas, 2351 denuncias de violência domestica, 1823 ameaças, entre outros.

Em 2021 a polícia registrou 2757 casos de violência física, 558 de violência sexual, 7052 casos de violência psi-

Site:
https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.499.orig.pdf

Justiça condena duas pessoas por crimes contra a vida

HOMICIDAS

O Tribunal do Júri da Comarca de Riachão condenou Helton da Silva Dias a 7 anos e 9 meses de prisão pelo assassinato de Vando Pereira, na tarde do dia 1° de janeiro de 2014. O crime foi cometido no povoado Baixa Verde, zona rural do município de Feira Nova do Maranhão, no bar do Moacir.

Helton da Silva foi condenado pela prática de homicídio simples. De acordo com a investigação, a vítima foi atacada com golpes de punhal quando bebia com amigas no referido bar. Hélton e Vando possuíam uma desavença anterior.

Feminicídio

Em outro julgamento, Deusvaldo Nunes de Sousa foi condenado a 20 anos de reclusão por ter matado a sua companheira Margareth Paulo da Silva com golpes de faca. O crime foi perpetrado no dia 3 de agosto de 2020, por volta das 22h, na Fazenda Axixá,

localizada nas proximidades do Rio Pico, na zona rural de Riachão.

O Conselho de Sentença condenou o réu por homicídio qualificado, por ter cometido o crime no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher e com recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima.

Consta dos autos que no momento do crime, estavam Deusvaldo e Margareth na Fazenda Axixá, quando Thi-ago Raimundus e Noemia, proprietários do estabelecimento, passaram a ouvir da residência dos caseiros gritos e choros infantis. As testemunhas perceberam que Margareth gritava desesperadamente por socorro, enquanto seu filho, de aproximadamente dois anos, chorava copiosamente.

Thiago dirigiu-se à porta da residência do caseiro e passou a chamar por Deusvaldo, sendo completamente ignorado pelo funcionário e, a poucos metros da porta, avistou Marga-reth, ofegante, gritando por socorro.

Após se deslocar à fazenda vizinha, onde comunicou o que acabara de presenciar ao proprietário Odorico Nunes da Silva, Thiago retornou junto com Odorico à fazenda de origem, adentrando na residência dos caseiros, onde encontrou Deusvaldo e Margareth caídos no chão do quarto do casal.

Ao lado do filho que ainda chorava, Margareth já não apresentava sinais vitais, enquanto Deusvaldo foi levado ao Hospital de Nova Colinas e, posteriormente, transferido para o Hospital de Balsas. Somente após ser atendido, foi preso em flagrante delito.

Pelo **Ministério Público** do Maranhão atuou nas sessões o **promotor de justiça** Adoniran Souza Guimarães, da Comarca de Riachão. Proferiu as sentenças o juiz Francisco Bezerra Simões.

Site:
https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.499.orig.pdf

Condenado a 33 anos homem que matou mãe e filha por causa de 'macumbaria'

O 4º Tribunal do Júri de São Luís condenou a 33 anos de prisão Leonardo dos Santos dos Passos, que assassinou duas mulheres, mãe e filha, em São Luís, no dia 16 de março de 2015, no bairro Sol e Mar. O motivo seria que elas teriam feito uma 'macumbaria' contra sua namorada.

De acordo com a denúncia do **Ministério Público**, Leonardo cometeu o crime com a ajuda de quatro adolescentes (dois homens e duas mulheres), no interior da casa de Raimunda Vânia Araújo e Patrícia Araújo Castro, que eram mãe e filha. Patrícia, inclusive, também estaria tendo um relacionamento com Leonardo.

No dia do crime, foram levados cordas, mochila, facas, luvas e uma arma de fogo. O pai de Patrícia e marido de Raimunda, Pedro da Conceição Castro, também foi esfaqueado ao tentar salvar as vítimas, mas sobreviveu.

O julgamento do crime aconteceu nesta quarta-feira (13) e foi presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior.

Na sentença, Leonardo dos Santos dos Passos foi condenado a 33 anos de prisão por homicídio triplamente qualificado, por motivo fútil, asfixia e mediante recurso que impossibilitou a defesa das vítimas.

Após o julgamento, Leonardo foi levado para a Penitenciária de Pedrinhas, onde já estava preso.

Site:
https://extramablog.wordpress.com/2021/10/15/condenado-a-33-anos-homem-que-matou-mae-e-filha-por-causa-de-macumbaria/

Justiça determina que controle e gestão da Via Expressa sejam entregues a prefeitura de São Luís

Em resposta à apelação cível da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de São Luís, apresentada em março de 2018, o Poder Judiciário determinou, em 21 de setembro de 2021, a reforma da sentença, proferida pela 2ª Vara da Fazenda Pública e que considerava a Via Expressa como rodovia estadual em vez de via municipal.

Motivada por constatação de desvio de finalidade da classificação da via como Estadual e por nulidade da certidão emitida pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) - certidão emitida por força de liminar, quanto às obras da avenida, entregues em 2012 - o acórdão relatado pelo desembargador Antonio Guerreiro Júnior, atende à recurso subscrito pelo **promotor de justiça** Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

Contrariando parecer apresentado pelo **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), a Via Expressa foi tolerada como rodovia estadual, apesar de interligar bairros da capital maranhense.

Na apelação, o **Ministério Público** argumentou que a manutenção da Via Expressa como estrada estadual causa prejuízos ao desenvolvimento e ordenamento de São Luís, porque os lotes não têm usos definidos e índices urbanísticos estabelecidos. Ainda de acordo com o órgão, nada pode ser construído ao longo da via, pois ela não existe no zoneamento da cidade.

Além disso, foi argumentado que na avenida são praticados hoje diversos delitos e infrações de trânsito e o Município não os coíbe, porque a via esta classificada como estadual", destaca o **promotor de justiça**. "O Estado do Maranhão não estava interessado na legalidade e, sim, em executar a obra, pagando indenizações de imóveis. O desvio de finalidade já era evidente", acrescenta quanto a previsão da via como Estadual.

REFORMA

"Merece reforma a sentença quanto a titularidade da via, por uma simples razão: a Via Expressa não interliga municípios, mas, sim, bairros da cidade de São Luís e avenidas que compõem a mesma malha viária urbana", afirma o desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Ainda de acordo com ele, o texto da Lei nº 9.432/2011, que inseriu a Via Expressa como rodovia estadual, é equivocado e afronta o princípio da autonomia dos municípios e sua não intervenção, previsto nos artigos 30 e 35, da Constituição Federal.

Site: https://folhadomaranhao.com/2021/10/15/justica-determina-que-controle-e-gestao-da-via-expressa-sejam-entregues-a-prefeitura-de-sao-luis/

Acusado de perseguição política, Fábio Gentil vira alvo de investigação em Caxias

O **Ministério Público** do Maranhão através da 1ª Promotoria de Justiça de Caxias, transformou a notícia fato n° 00178-254/2021 em inquérito civil para apurar possível perseguição política de agentes públicos (guardas municipais) pela prefeitura de Caxias.

De acordo com a denúncia, a gestão de Fábio Gentil tem realizado criação de mecanismos para pagamento distinto de gratificação ou mesmo negativa de pagamento de acréscimos legais previstos em lei, em violação do princípio da impessoalidade.

Segundo o MP, até o momento nenhuma resposta apresentada pela prefeitura, o que vem se tornando uma praxe da Procuradoria-Geral do Município de Caxias/MA.

Diante dos fatos apresentando, o **Ministério Público** pediu a relação de todos os guardas municipais de Caxias, devendo constar data de posse, cópias dos diplomas legais, bem como relação em planilha dos 10(dez) últimos meses de remuneração de forma detalhada, e mais cópia dos 10(dez) últimos contracheques de todos os guardas municipais do Município de Caxias/MA.

Segundo o promotor, Francisco de Assis da Silva Júnior, é imprescindível a documentação afim de verificar se está havendo o pagamento das gratificações citadas para uns guardas e para outros não, principalmente no que se refere ao adicional especial de trabalho (ARET) e progressão vertical.

Site: https://folhadomaranhao.com/2021/10/15/acusado-de-perseguicao-politica-fabio-gentil-vira-alvo-de-investigacao-em-caxias/

Acusado de matar mãe e filha em São Luís é condenado a 33 anos de prisão

SÃO LUÍS - O 4º Tribunal do Júri de São Luís condenou, nessa quarta-feira (13), Leonardo dos Santos dos Passos a 33 anos de reclusão pelos assassinatos de Raimunda Vânia Araújo e Patrícia Araújo Castro (mãe e filha), no dia 16 de março de 2015, no bairro Sol e Mar, na capital maranhense.

Os crimes aconteceram dentro da casa das vítimas, e a motivação seria uma suposta feitiçaria feita por elas contra a namorada do acusado. Após o julgamento, o réu foi levado para a Penitenciária de Pedrinhas, onde já estava preso.

De acordo com a denúncia do **Ministério Público**, o acusado e quatro adolescentes (dois meninos e duas meninas) teriam sido motivados a cometer os crimes por suposta feitiçaria realizada pelas vítimas contra uma das adolescentes que seria namorada do réu. Ainda conforme a denúncia, Leonardo dos Santos dos Passos estaria tendo um relacionamento com Patrícia Araújo Castro e o grupo se reuniu para executar os crimes.

A sessão de julgamento, presidida pelo juiz titular do 4º Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, ocorreu no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Atuou na acusação o **promotor de justiça** Frank Teles de Araújo e na defesa, o defensor público Fábio Marçal Lima. Leonardo dos Passos foi condenado pelos dois crimes de homicídio triplamente qualificado, por motivo fútil, asfixia e mediante recurso que impossibilitou a defesa das vítimas.

Na sentença condenatória, o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior destacou que a culpabilidade do acusado deveria sofrer maior censura pela premeditação para a execução dos crimes, tanto que se juntou com quatro adolescentes, seguindo para a residência das vítimas com intuito de cometer os crimes, levando na mochila cordas, facas, luvas e uma arma de fogo, como declarou, na audiência de instrução, Pedro da Conceição Castro, vítima sobrevivente. Segundo consta na sentença, as circunstâncias dos dois crimes de homicídio "são desfavoráveis ao acusado, pelo fato dos crimes terem sido cometidos dentro da residência das vítimas, não respeitando a sagrada inviolabilidade do lar".

O réu havia sido denunciado pela tentativa de latrocínio contra Pedro da Conceição Castro, pai de Patrícia Araújo Castro e esposo de Raimunda Araújo, crimes que foram desclassificados para lesão corporal e furto, ambos já prescritos. Pedro Castro foi esfaqueado ao tentar socorrer a esposa e a filha.

Site: https://imirante.com/sao-luis/noticias/2021/10/15/acusado-de-matar-mae-e-filha-em-sao-luis-e-condenado-a-33-anos-de-prisao.shtml

Assinado convênio para utilização da mão de obra carcerária

Assinado convênio para utilização da mão de obra carcerária (Foto: Divulgação)

O **Ministério Público** do Maranhão e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) firmaram, nessa quinta-feira, 14, termo de convênio para inclusão de mão de obra carcerária na confecção de bens e serviços demandados pelas promotorias de justiça e demais órgãos ministeriais.

Assinaram o termo o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e o secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade. O ato foi acompanhado pelo **promotor de justiça** Marco Aurélio Batista Barros, integrante da Assessoria Especial da PGJ e gestores da Seap.

Serão utilizadas na produção dos bens e serviços as oficinas de trabalho gerenciadas pela Seap, entre elas produção de blocos de concreto, pavimentação, reforma de espaços públicos, produção e montagem de móveis planejados, serralheria, confecção de itens de malharia e serigrafia, sem prejuízo de outras posteriormente implantadas.

Os internos do regime semiaberto do sistema penitenciário poderão trabalhar em serviços e locais designados e mantidos pelo **Ministério Público**. Ao assinarem o acordo, os gestores do **MPMA** e da Secretaria explicaram que a finalidade do convênio é inserir internos em ciclos produtivos de trabalho e renda, para viabilizar a ressocialização, capacitação profissional, inclusão social e remição da pena. A medida dá cumprimento à Lei de **Execução Penal** e à Política Começar de Novo.

DADOS SOBRE A MÃO DE OBRA CARCERÁRIA NO MA

Segundo dados da Seap, atualmente, há mais de 3 mil internos inseridos no trabalho externo e interno. São 54 oficinas de trabalho para realização dessas atividades de trabalho, entre as quais fábricas de blocos de concreto; fábrica de móveis em mdf; fábrica de reforma de conjuntos escolares; lavanderia em parceria com a Lençóis Maranhenses; fábrica de estofados em parceria com a Spumaflex; malharia e serigrafia; padaria.

Até o primeiro semestre de 2021, a Seap inaugurou 25 fábricas de blocos, resultando em 40 fábricas em todo o estado. Mais de 600 internos fazem parte da frente de trabalho produzindo, diariamente, cerca de 50 mil blocos.

Site: https://jornalpequeno.com.br/2021/10/15/assinado-convenio-para-utilizacao-da-mao-de-obra-carceraria/

Acusado de matar mãe e filha após suposta 'feitiçaria' é condenado a 33 anos de prisão, em São Luís

Crime aconteceu no dia 16 de março de 2015, no bairro Sol e Mar.

O 4º Tribunal do Júri de São Luís condenou um homem que matou duas mulheres, mãe e filha, em São Luís, no dia 16 de março de 2015, no bairro Sol e Mar. O motivo seria que elas teriam feito uma 'feitiçaria' contra sua namorada.

De acordo com a denúncia do **Ministério Público**, Leonardo cometeu o crime com a ajuda de quatro adolescentes (dois meninos e duas meninas), no interior da casa de Raimunda Vânia Araújo e Patrícia Araújo Castro, que eram mãe e filha. Patrícia, inclusive, também estaria tendo um relacionamento com Leonardo.

No dia do crime, foram levados cordas, mochila, facas, luvas e uma arma de fogo. O pai de Patrícia e marido de Raimunda, Pedro da Conceição Castro, também acabou esfaqueado ao tentar salvar as vítimas, mas acabou sobrevivendo.

O julgamento do crime aconteceu nesta quarta-feira (13) e foi presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior. Na sentença, Leonardo dos Santos dos Passos foi condenado a 33 anos de prisão por crimes de homicídio triplamente qualificado, por motivo fútil, asfixia e mediante recurso que impossibilitou a defesa das vítimas.

Após o julgamento, Leonardo foi levado para a Penitenciária de Pedrinhas, onde já estava preso.

Site: https://ma98.com.br/2021/10/15/acusado-de-matar-mae-e-filha-apos-suposta-feiticaria-e-condenado-a-33-anos-de-prisao-em-sao-luis/

Acusado de matar mãe e filha após suposta 'feitiçaria' é condenado a 33 anos de prisão, em São Luís

O 4º Tribunal do Júri de São Luís condenou um homem que matou duas mulheres, mãe e filha, em São Luís, no dia 16 de março de 2015, no bairro Sol e Mar. O motivo seria que elas teriam feito uma 'feitiçaria' contra sua namorada.

De acordo com a denúncia do **Ministério Público**, Leonardo cometeu o crime com a ajuda de quatro adolescentes (dois meninos e duas meninas), no interior da casa de Raimunda Vânia Araújo e Patrícia Araújo Castro, que eram mãe e filha. Patrícia, inclusive, também estaria tendo um relacionamento com Leonardo.

No dia do crime, foram levados cordas, mochila, facas, luvas e uma arma de fogo. O pai de Patrícia e marido de Raimunda, Pedro da Conceição Castro, também acabou esfaqueado ao tentar salvar as vítimas, mas acabou sobrevivendo.

O julgamento do crime aconteceu nesta quarta-feira (13) e foi presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior. Na sentença, Leonardo dos Santos dos Passos foi condenado a 33 anos de prisão por crimes de homicídio triplamente qualificado, por motivo fútil, asfixia e mediante recurso que impossibilitou a defesa das vítimas.

Após o julgamento, Leonardo foi levado para a Penitenciária de Pedrinhas, onde já estava preso.

Site: https://jornaleiroma.com/2021/10/15/acusado-de-matar-mae-e-filha-apos-suposta-feiticaria-e-condenado-a-33-anos-de-prisao-em-sao-luis/

CAROLINA - MPMA aciona Município por falta de acessibilidade nas escolas Imprimir

Ministério Público do Maranhão propôs uma **Ação Civil Pública** contra o Município de Carolina por falta de acessibilidade nas escolas. A ACP foi assinada nesta quinta-feira, 14 de outubro, pelo titular da Promotoria de Justiça de Carolina, Marco Túlio Lopes.

Tramita na Promotoria de Justiça um procedimento de 2016 que investiga a ausência de acessibilidade nas escolas municipais. A partir do procedimento, identificou-se a omissão por parte do Município em relação às adaptações nas escolas para atender minimamente às normas de acessibilidade.

O **promotor de justiça** de Carolina acionou judicialmente o Município por omissão do Poder Executivo. O representante do **Ministério Público** lista, na ACP, os 20 ofícios e a Recomendação enviada ao agente administrativo, pedindo medidas para sanar o problema, mas sem resposta.

"Há 10 anos o **Ministério Público** vem tentando fazer com que o Município tome providências para sanar o déficit com as questões de acessibilidade. No entanto, não há respostas da administração. Desde julho de 2011 o MP vem cobrando providências de forma administrativa, mas nenhuma ação foi tomada, sendo necessário recorrer à via judicial para garantir um direito amparado pela legislação", relata o representante ministerial, Marco Túlio Lopes.

DOS PEDIDOS

O **MPMA** requer que a Justiça obrigue o Município a apresentar, no prazo de 120 dias, projeto completo e cronograma de imediata adequação/adaptação arquitetônica físico-estrutural, tais como banheiros, rampas, corredores e móveis de todos os prédios e imóveis que ofertam serviços públicos sob a responsabilidade do Município de Carolina, especialmente de todas as escolas da zona urbana e rural.

O pedido inclui também a listagem dos imóveis, localidade, diagnóstico da situação atual, projeto de adequação, cronograma de execução das adequações, além das situações emergenciais, como o das escolas onde há estudantes com deficiência matriculados.

Um plano urgente e prioritário das medidas a serem implementadas deve ser apresentado, permitindo que todos esses prédios e imóveis disponham de acessibilidade suficiente para o ingresso, tráfego, permanência e usufruto de todos os recintos e instalações prediais por parte de pessoas com quaisquer deficiências, especialmente cadeirantes, respeitando totalmente a legislação brasileira aplicável. As obras devem ser iniciadas após 120 dias e concluídas no prazo de dois anos.

A ação pede, também, que o Município disponha de profissional intérprete de Libras necessário à oferta e ao acompanhamento de educação integral aos alunos com deficiência, especialmente auditiva, bem como adaptações razoáveis e fornecimento de tecnologias aos alunos que necessitarem, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

O **Ministério Público** pede concessão de tutela de urgência, com multa diária e pessoal ao prefeito de R$10 mil por descumprimento de liminar e bloqueio de verbas públicas no valor de R$500 mil como medida para forçar o cumprimento da obrigação de fazer.

Site: https://www.portaldoitaqui-bacanga.com.br/2021/10/carolina-mpma-aciona-municipio-por.html

Homem que atropelou e matou mulher será julgado em Pinheiro

O juiz Carlos Alberto de Matos Brito, titular da 3ª vara da Comarca de Pinheiro, preside na próxima semana, sessões do Tribunal do Júri na unidade judicial. Em um dos julgamentos, marcado para o dia 20 de outubro, o réu será Josivaldo dos Santos Bandeira Rodrigues, conhecido na cidade como 'Dedéu'. Ele será julgado por ter atropelado uma mulher e, segundo a denúncia, no momento do fato ele estava alcoolizado. A vítima Raimunda Rodrigues Costa, de 53 anos, não resistiu aos ferimentos e faleceu em decorrência do atropelamento.

Consta na denúncia que o acusado, em companhia de um homem identificado como sendo Gilson Mendes, pilotava uma motocicleta em alta velocidade. Eles teriam passado a noite anterior consumindo bebidas alcoólicas. A vítima Raimunda Costa estava molhando algumas plantas no canteiro central da avenida Castelo Branco, quando foi colhida violentamente pela moto. Relata, ainda, que Josivaldo estaria embriagado e sob efeito de drogas. Após o fato criminoso, os homens evadiram-se do local. O fato ocorreu em julho de 2007.

SEM HABILITAÇÃO

Em depoimento à autoridade policial, o Josivaldo Rodrigues disse que quem estava pilotando a motocicleta era Gilson Mendes. Para o **Ministério Público**, o acusado assumiu o risco de matar alguém, devido ao estado em que se encontrava e ainda foi pilotar uma motocicleta. Relata, também, que Josivaldo não possui habilitação. Por fim, destacou o MP que a autoria do crime está individualizada, bem como a materialidade, fatos atribuídos a Josivaldo.

Mais duas sessões estão marcadas pela unidade judicial. No dia 21, os réus são João Balbino Pereira, Manuel Domingos Pacheco, Raimundo Paulino Mendes e Raimundo Nonato Silva Cruz. Fechando a pauta do mês, dia 27 acontece o julgamento de Gleysom Carneiro dos Santos.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

Site: http://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/505065

Homem que decapitou rival em Timbiras vai a júri popular na próxima semana

Daniel Sousa

O juiz Pablo Carvalho e Moura, titular de Timbiras, vai presidir na próxima semana uma sessão do Tribunal do Júri na Comarca. Será julgado o homem Domingos Adão Furtuosa de Castro, sob acusação de ter matado a vítima Marcos José Antônio de Oliveira, crime ocorrido em 8 de janeiro deste ano. A sessão será realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Timbiras, em 21 de outubro.

Relata a denúncia que, na data citada, Domingos Adão teria matado o homem Marcos José, conhecido na cidade por 'Marquinhos'. O homicídio foi praticado mediante uso de uma arma branca, tipo facão, tendo a vítima recebido diversos golpes, chegando a ser decapitada. Em depoimento junto às autoridades policiais, o denunciado tentou se livrar da acusação, alegando legítima, tese essa que se contradiz, mediante a quantidade de lesões causadas na vítima.

DECAPITADO

Ele afirmou que Marcos José tentou matá-lo, daí a reação que ele teve, culminando na morte de Marquinhos, que tentou fugir das agressões. Mesmo ferido, a vítima tentou fugir, sendo novamente atingida por Domingos Adão que, após várias investidas, terminou por decapitar Marcos José. O acusado foi denunciado pelo pai da vítima, que estava indignado com a morte violenta do filho. O crime ocorreu no Povoado Melancia, localidade da zona rural de Timbiras.

Além do magistrado, presidente do júri, vai trabalhar no julgamento, na acusação, o **promotor de Justiça** Carlos Augusto Soares, titular de Codó e respondendo por Timbiras. Na defesa do acusado Domingos Adão, atuará o advogado nomeado Thiago Antônio Maciel Lima.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

Site: https://blogdodanielsousa.com.br/homem-que-decapitou-rival-em-timbiras-vai-a-juri-popular-na-proxima-semana/

ATENÇÃO MP: R$ 7 MILHÕES SERÃO GASTOS EM CODÓ EM 3 MESES COM EMPRESA INVESTIGADA PELA PF

Leandro de Sá

Menu

O BLOG DO DE SÁ não faz denúncias por fazer, faz quando tem provas e documentos, e assim sempre será nossa linha editorial. Não trabalhamos com disse me disse. Longe do que pregou em campanha, o prefeito de Codó, José Francisco Lima Neres, parece que está fazendo da prefeitura do município um trampolim para suas atitudes duvidosas como gestor. Numa investigação feita por este blog com seus parceiros espalhados pela região, descobrimos que a secretária de educação de Codó, Raquel Viera Paula Ferreira, contratou uma empresa por meio de Ata de Registro de Preço, por valores exorbitantes, para fazer execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reforma ou adequações de prédios e logradouros públicos por exatos: R$ 7.240,913, 03 (SETE MILHÕES, DUENTOS E QUARENTA MIL, NOVECENTOS E TREZE REAIS E TRÊS CENTAVOS) . A empresa já é investigada pela Polícia Federal por dar golpes em várias prefeituras do Maranhão.

PASMEM SENHORES LEITORES

Perdendo a noção e sem respeitar os trâmites legais, e fazendo ouvido de mercador para o **Ministério público**, o prefeito de Codó José Francisco e a secretária de educação pretendem gastar esse valor todo em apenas três meses. Isso mesmo. Zé Francisco quer gastar em apenas TRÊS MESES todo esse valor. De acordo com o CNPJ da empresa, a mesma fica localizada na Av. Principal, quadra 0001, Raposa-MA.

EMPRESA INVESTIGADA

A referida empresa já responde a vários processos na justiça por dar golpes em várias prefeituras dos Maranhão, dentre elas, a prefeitura de Anapurus , onde a prefeita Vanderly Monteles também terá que explicar ao TCE sobre o uso de dinheiro público para pagamentos com serviços fantasmas com a GPA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS.

E TEM MAIS PREFEITURAS ENROLADAS COM A EMPRESA

Já na prefeitura de Axixá , a PF está na cola da prefeita e também dos empresários da empresa Glabson de Jesus e Paulo Henrique, que já são investigados e tem um inquérito que mostra uso irregular de precatórios do Fundef junto à prefeitura. No município do Godofredo Viana os referidos empresários também estão sendo investigados. Em Maracaçumé a polícia também está na cola do prefeito e da empresa. Em Chapadinha a GPA também já foi denunciada, assim como em Pinheiro.

O ZÉ DEVE SE ENROLAR TAMBÉM.

Fingindo que o MP não tem visto nada, o prefeito de Codó faz de conta que essas licitações duvidosas não estão sendo vistas pelas autoridades. Se as autoridades não estão vendo, devem estar em sono profundo e deixando o Zé fazer o que bem entende em sua gestão. O BLOG DO DE SÁ está a disposição da prefeitura de Codó e da empresa GPA Construções e Serviços, caso queiram se manifestar sobre essa matéria.

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com *

Facebook Instagram

Desculpe, sem enquetes no momento

Direitos Autorais © 2021 - Blog do de Sá . Todos os direitos reservados ®. | Thema de Blog Responsivo por: Jocean Martins

Site: https://www.blogdodesa.com.br/atencao-mp-r-7-milhoes-serao-gastos-em-codo-em-3-meses-com-empresa-investigada-pela-pf/

Justiça tira controle e gestão da Via Expressa do Estado e entrega ao Município

Em resposta à apelação cível da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de São Luís, apresentada em março de 2018, o Poder Judiciário determinou, em 21 de setembro de 2021, a reforma da sentença, proferida pela 2ª Vara da Fazenda Pública e que considerava a Via Expressa como rodovia estadual em vez de via municipal.

Motivada por constatação de desvio de finalidade da classificação da via como Estadual e por nulidade da certidão emitida pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) - certidão emitida por força de liminar, quanto às obras da avenida, entregues em 2012 - o acórdão relatado pelo desembargador Antonio Guerreiro Júnior, atende à recurso subscrito pelo **promotor de Justiça** Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

Contrariando parecer apresentado pelo **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), a Via Expressa foi tolerada como rodovia estadual, apesar de interligar bairros da capital maranhense.

Na apelação, o **Ministério Público** argumentou que a manutenção da Via Expressa como estrada estadual causa prejuízos ao desenvolvimento e ordenamento de São Luís, porque os lotes não têm usos definidos e índices urbanísticos estabelecidos. Ainda de acordo com o órgão, nada pode ser construído ao longo da via, pois ela não existe no zoneamento da cidade.

Além disso, foi argumentado que na avenida são praticados hoje diversos delitos e infrações de trânsito e o Município não os coíbe, porque a via esta classificada como estadual", destaca o **promotor de justiça**. "O Estado do Maranhão não estava interessado na legalidade e, sim, em executar a obra, pagando indenizações de imóveis. O desvio de finalidade já era evidente", acrescenta quanto a previsão da via como Estadual.

Reforma

" Merece reforma a sentença quanto a titularidade da via, por uma simples razão: a Via Expressa não interliga municípios, mas, sim, bairros da cidade de São Luís e avenidas que compõem a mesma malha viária urbana" , afirma o desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Ainda de acordo com ele, o texto da Lei nº 9.432/2011, que inseriu a Via Expressa como rodovia estadual, é equivocado e afronta o princípio da autonomia dos municípios e sua não intervenção, previsto nos artigos 30 e 35, da Constituição Federal.

Site: https://blogdominard.com.br/2021/10/justica-determina-que-controle-e-gestao-da-via-expressa-sejam-entregues-ao-municipio-de-sao-luis/

'Nomeações estão dentro da legalidade', garante a Prefeitura de Imperatriz

Sobre matéria sensacionalista dando conta que "Prefeito e secretária são alvo de investigação", a Prefeitura de Imperatriz esclarece:

1 - Não existe esse cargo de assistente social na Prefeitura para ser preenchido por nomeações precárias.

2 - As nomeações feitas pelo prefeito, de pessoas não aprovadas em concurso público, também em nada atingem os concursados. Tais nomeações são autorizadas por lei;

3 - Todos os aprovados no concurso público estão sendo convocados paulatinamente, basta acompanhar o diário oficial do Município. Das vagas imediatas, 50% dos aprovados já foram convocados e assumiram;

4 - O **Ministério Público** está fazendo a parte que lhe cabe que é apurar a denúncia que chegou ao seu conhecimento;

Finalmente, certa de que o gestor municipal e seus secretários não cometerem ilegalidade, a Prefeitura, como sempre, está à disposição para esclarecer os fatos.

Prefeitura de Imperatriz

Site: https://blogdominard.com.br/2021/10/nomeacoes-estao-dentro-da-legalidade-afirma-prefeitura-de-imperatriz/

Acusado de matar mãe e filha após suposta 'feitiçaria' é condenado a 33 anos de prisão

Walison Campos

O 4º Tribunal do Júri de São Luís condenou um homem que matou duas mulheres, mãe e filha, em São Luís, no dia 16 de março de 2015, no bairro Sol e Mar. O motivo seria que elas teriam feito uma 'feitiçaria' contra sua namorada.

De acordo com a denúncia do **Ministério Público**, Leonardo cometeu o crime com a ajuda de quatro adolescentes (dois meninos e duas meninas), no interior da casa de Raimunda Vânia Araújo e Patrícia Araújo Castro, que eram mãe e filha. Patrícia, inclusive, também estaria tendo um relacionamento com Leonardo.

No dia do crime, foram levados cordas, mochila, facas, luvas e uma arma de fogo. O pai de Patrícia e marido de Raimunda, Pedro da Conceição Castro, também acabou esfaqueado ao tentar salvar as vítimas, mas acabou sobrevivendo.

O julgamento do crime aconteceu na quarta-feira (13) e foi presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior. Na sentença, Leonardo dos Santos dos Passos foi condenado a 33 anos de prisão por crimes de homicídio triplamente qualificado, por motivo fútil, asfixia e mediante recurso que impossibilitou a defesa das vítimas.

Após o julgamento, Leonardo foi levado para a Penitenciária de Pedrinhas, onde já estava preso. Por G1 - MA

Categoria: Uncategorized

Site: https://www.blogdowalison.com.br/acusado-de-matar-mae-e-filha-apos-suposta-feiticaria-e-condenado-a-33-anos-de-prisao/

MPMA promove webinário para debater segurança em ambientes digitais

Eduardo Ericeira

O **Ministério Público** do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, deu início na manhã desta quinta-feira, 14, ao "Webinário - Proteção de Dados e Cibersegurança: você como produto nas redes sociais". A atividade vai até amanhã, sexta-feira, 15, e está sendo transmitid a no canal do YouTube da **Escola Superior do MPMA**.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, fez a abertura do evento, saudou a todos os presentes e destacou a importância d a iniciativa de debater um a temática tão relevante para os dias atuais. "Meu desejo é que todo o público seja impactado pel o webinário ", estimou Nicolau.

A promotora de justiça e coordenadora do CAO p-Consumidor, Lítia Cavalcant i, também enfatizou que o tema é de grande relevância para a atualidade , pois discute questões d o ambiente virtual, universo que faz parte do trabalho d os promotores e do cotidiano dos consumidores e de todos os cidadãos . "As autoridades do **Ministério Público**, do Judiciário e das P ol ícias a inda não est ão totalmente preparad a s para enfrentar a problemática que acontece agora, da segurança cibernética, com o vazamento de dados, a violação da privacidade e a comercialização de dados pessoais ", afirmou Lítia Cavalcant i.

E ressaltou: "E ste curso é o início de uma trajetória que o CAOp pr opõe para 2022, uma agenda pautada na Lei de Proteção de Dados e n o estudo dos crimes cibernéticos ", finalizou.

O presidente da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (Ampem) , Gilberto Câmara França Júnior, desejou êxito ao webinário e afirmou que as atividades organizadas pelo CAOp - Consumidor são marcadas pela eficiência . "Um **Ministério Público** forte reflete uma sociedade forte e protegida ", completou.

O primeiro expositor do webinário foi o Ph.D. da Escola de Ciências e Artes da Universidade de São Paulo - USP, Lucas Vieira de Araújo, que apresentou a palestra "Máquinas e Éticas: diálogo necessário". Para o palestrante, as máquinas de informação, computadores e smartphones, na atualidade, são quase como peças do vestuário.

" Porém esta intimidade, cobra um preço que seria nossa liberdade e tempo, e existe uma relação diretamente proporcional, entre o quanto nós dedicamos nosso tempo e atenção a estas máquinas e o quanto nos tornamos dependentes delas. I sto é: quanto mais a gente depende destas máquinas, mais elas nos aprisionam", explicou Lucas.

A segunda exposição contou com a palestra "Redes Sociais: riscos, ataques e golpes", ministrada pelo professor da rede de ensino superior de Minas Gerais e especialista em sistemas pela Universidade de Maryland-EUA, Francisco de Assis. Os temas abordados foram Lei Geral de Proteção de Dados, Código de Defesa do Co nsumidor e Marco Civil da Internet.

" As discussões no ambiente virtual das redes sociais devem estar pautadas nas premissas da proteção e garantia da privacidade; garantia de segurança de dados; valores étic os e mora is ; garantia da legalidade e legitimidade dos acessos e garantia e obrigatoriedade da veracidade das informações", afirmou Francisco de Assis .

O web i nário contou com interatividade por meio da sala de bate - papo do canal. Também participou da atividade o **promotor de justiça** Frederico Bianchini.

Site:
http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/10/mpma-promove-webinario-para-debater.html

Homem é condenado a 33 anos de prisão por assassinar mãe e filha no Sol e Mar

Eduardo Ericeira

O 4º Tribunal do Júri de São Luís condenou Leonardo dos Santos dos Passos a 33 anos de reclusão pelos assassinatos de Raimunda Vânia Araújo e Patrícia Araújo Castro (mãe e filha), no dia 16 de março de 2015, no bairro Sol e Mar. Os crimes ocorreram no interior da casa das vítimas e a motivação seria uma suposta "feitiçaria" feita por elas contra a namorada do acusado. Após o julgamento, o réu foi levado para a Penitenciária de Pedrinhas, onde já estava preso.

De acordo com a denúncia do **Ministério Público**, o acusado e quatro adolescentes (dois meninos e duas meninas) teriam sido motivados a cometer os crimes por suposta "feitiçaria" realizada pelas vítimas contra uma das adolescentes que seria namorada do réu. Ainda conforme a denúncia, Leonardo dos Santos dos Passos estaria tendo um relacionamento com Patrícia Araújo Castro e o grupo se reuniu para executar os crimes.

A sessão de julgamento, presidida pelo juiz titular do 4º Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, ocorreu nessa quarta-feira (13), no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Atuou na acusação o **promotor de justiça** Frank Teles de Araújo e na defesa, o defensor público Fábio Marçal Lima. Leonardo dos Passos foi condenado pelos dois crimes de homicídio triplamente qualificado, por motivo fútil, asfixia e mediante recurso que impossibilitou a defesa das vítimas.

Na sentença condenatória, o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior destacou que a culpabilidade do acusado deveria sofrer maior censura pela premeditação para a execução dos crimes, tanto que se juntou com quatro adolescentes, seguindo para a residência das vítimas com intuito de cometer os crimes, levando na mochila cordas, facas, luvas e uma arma de fogo, como declarou, na audiência de instrução, Pedro da Conceição Castro, vítima sobrevivente. Segundo consta na sentença, as circunstâncias dos dois crimes de homicídio "são desfavoráveis ao acusado, pelo fato dos crimes terem sido cometidos dentro da residência das vítimas, não respeitando a sagrada inviolabilidade do lar".

O réu havia sido denunciado pela tentativa de latrocínio contra Pedro da Conceição Castro, pai de Patrícia Araújo Castro e esposo de Raimunda Araújo, crimes que foram desclassificados para lesão corporal e furto, ambos já prescritos. Pedro Castro foi esfaqueado ao tentar socorrer a esposa e a filha.

Site:
http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/10/homem-e-condenado-33-anos-de-prisao-por.html

MPMA e Seap firmam convênio para utilização de serviços da mão de obra carcerária

Eduardo Ericeira

O **Ministério Público** do Maranhão e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) firmaram, nesta quinta-feira, 14, termo de convênio para inclusão de mão de obra carcerária na confecção de bens e serviços demandados pelas promotorias de justiça e demais órgãos ministeriais.

Assinaram o termo o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e o secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade. O ato foi acompanhado pelo **promotor de justiça** Marco Aurélio Batista Barros, integrante da Assessoria Especial da PGJ e gestores da Seap.

Serão utilizadas na produção dos bens e serviços as oficinas de trabalho gerenciadas pela Seap, entre elas produção de blocos de concreto, pavimentação, reforma de espaços públicos, produção e montagem de móveis planejados, serralheria, confecção de itens de malharia e serigrafia, sem prejuízo de outras posteriormente implantadas.

Os internos do regime semiaberto do sistema penitenciário poderão trabalhar em serviços e locais designados e mantidos pelo **Ministério Público**. Ao assinarem o acordo, os gestores do **MPMA** e da Secretaria explicaram que a finalidade do convênio é inserir internos em ciclos produtivos de trabalho e renda, para viabilizar a ressocialização, capacitação profissional, inclusão social e remição da pena. A medida dá cumprimento à Lei de **Execução Penal** e à Política Começar de Novo.

Após a assinatura do convênio, a convite do secretário Murilo Andrade, o procurador-geral de justiça visitou as instalações da fábrica de móveis que são produzidos pelos internos, localizada na própria sede da Seap, no bairro da Vila Palmeira.

Entusiasmado com o projeto, Eduardo Nicolau pediu dados sobre as ações já realizadas para levar ao conhecimento do Conselho Nacional do **Ministério Público** e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça. Também anunciou que todo o mobiliário das promotorias de justiça e outras unidades do **Ministério Público** do Maranhão utilizará o trabalho da mão de obra carcerária.

DADOS SOBRE A MÃO DE OBRA CARCERÁRIA NO MA

Segundo dados da Seap, atualmente, há mais de 3 mil internos inseridos no trabalho externo e interno. São 54 oficinas de trabalho para realização dessas atividades de trabalho, entre as quais fábricas de blocos de concreto; fábrica de móveis em mdf; fábrica de reforma de conjuntos escolares; lavanderia em parceria com a Lençóis Maranhenses; fábrica de estofados em parceria com a Spumaflex; malharia e serigrafia; padaria.

Até o primeiro semestre de 2021, a Seap inaugurou 25 fábricas de blocos, resultando em 40 fábricas em todo o estado. Mais de 600 internos fazem parte da frente de trabalho produzindo, diariamente, cerca de 50 mil blocos.

Já foram desenvolvidos trabalhos em parceria com órgãos públicos, como a Agência Executiva Metropolitana (AGEM), a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e a Defensoria Pública do Estado (DPE).

Site:
http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/10/mpma-e-seap-firmam-convenio-para.html

SÃO LUÍS - Justiça determina que controle e gestão da Via Expressa sejam entregues ao Município

Walkir Marinho

MPMA alegou desvio de finalidade em emissão de certidão municipal

Em resposta à apelação cível da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de São Luís, apresentada em março de 2018, o Poder Judiciário determinou, em 21 de setembro de 2021, a reforma da sentença, proferida pela 2ª Vara da Fazenda Pública e que considerava a Via Expressa como rodovia estadual em vez de via municipal.

Via Expressa: de rodovia estadual a avenida municipal (Foto Reprodução)

Motivada por constatação de desvio de finalidade da classificação da via como Estadual e por nulidade da certidão emitida pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) - certidão emitida por força de liminar, quanto às obras da avenida, entregues em 2012 - o acórdão relatado pelo desembargador Antonio Guerreiro Júnior, atende à recurso subscrito pelo **promotor de justiça** Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

Contrariando parecer apresentado pelo **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), a Via Expressa foi tolerada como rodovia estadual, apesar de interligar bairros da capital maranhense.

Na apelação, o **Ministério Público** argumentou que a manutenção da Via Expressa como estrada estadual causa prejuízos ao desenvolvimento e ordenamento de São Luís, porque os lotes não têm usos definidos e índices urbanísticos estabelecidos. Ainda de acordo com o órgão, nada pode ser construído ao longo da via, pois ela não existe no zoneamento da cidade.

Além disso, foi argumentado que na avenida são praticados hoje diversos delitos e infrações de trânsito e o Município não os coíbe, porque a via esta classificada como estadual", destaca o **promotor de justiça**. "O Estado do Maranhão não estava interessado na legalidade e, sim, em executar a obra, pagando indenizações de imóveis. O desvio de finalidade já era evidente", acrescenta quanto a previsão da via como Estadual.

REFORMA

"Merece reforma a sentença quanto a titularidade da via, por uma simples razão: a Via Expressa não interliga municípios, mas, sim, bairros da cidade de São Luís e avenidas que compõem a mesma malha viária urbana", afirma o desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Ainda de acordo com ele, o texto da Lei nº 9.432/2011, que inseriu a Via Expressa como rodovia estadual, é equivocado e afronta o princípio da autonomia dos municípios e sua não intervenção, previsto nos artigos 30 e 35, da Constituição Federal. (CCOM-**MPMA**)

Site: https://horaextra.slz.br/2021/10/15/sao-luis-justica-determina-que-controle-e-gestao-da-via-expressa-sejam-entregues-ao-municipio/

Caema é alvo de inquérito por falta d'água e fornecimento impróprio

Keith Almeida

Os constantes registros de falta d'água em São Luís motivaram o **Ministério Público** a instaurar um inquérito civil contra a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema). O caso está a cargo da promotora Lítia Cavalcanti, da 10ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2021/10/15/TVDIFUSORAAFSBTSOLUSMA-07.17.53-07.23.50-1634302955.mp4

SET entra na justiça para impedir greve de rodoviários em São Luís

Rodoviários anunciaram na tarde da última quartafeira, 13, após assembleia geral, greve prevista para ocorrer na próxima quinta-feira, 21, com o objetivo de melhorar a jornada de trabalho da classe. Contudo, o Sindicato das Empresas de Transporte (SET) está ingressando na Justiça do Trabalho para impedir a paralisação total e tentar manter, pelo menos, 80% dos serviços, para garantir a **mobilidade urbana**.

Motoristas, cobradores e fiscais de ônibus, que atuam no sistema de transporte público da capital, cobram do SET um reajuste salarial de 13%; jornada de trabalho de seis horas; tíquete de alimentação no valor de R$ 800,00; manutenção do plano de saúde e a inclusão de um dependente, além da concessão do auxílio-creche para trabalhadores com filhos menores.

Rodoviários e empresários já se encontraram, em dois momentos, para negociações, mas não houve avanço. A decisão da greve foi feita, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Estado do Maranhão (Sttrema), após uma Assembleia Geral que discutia as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho.

"Houve uma reunião, na semana passada para o debate das cláusulas econômicas, a qual não resultou em acordo entre as partes.

A categoria exige reposição inflacionária integral e aumento nos benefícios.

Mas, sem o apoio do governo federal e com o aumento vertiginoso dos combustíveis, item que representa 40% do custo, não temos nenhum espaço para tais ajustes", explicou Paulo Pires, diretor executivo do SET.

O Estado entrou em contato com a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) para saber se vão ocorrer negociações com o setor, porém, não houve respostas até o fechamento desta edição.

Salário atrasado Na manhã de ontem, 14, devido ao atraso no pagamento dos salários, motoristas e cobradores da empresa de ônibus Autoviária Matos, realizaram uma paralisação, em São Luís. O Sttrema informou que os profissionais só retornariam às atividades após a empresa regularizar o pagamento dos salários.

Os rodoviários se concentraram na porta da garagem da empresa, no bairro São Cristóvão, onde representantes do sindicato e da empresa também se encontraram, para tentar garantir o pagamento dos funcionários.

Empresários que estavam no local pediram um acordo com o sindicato para adiantar pelo menos o ticket de alimentação. Contudo, os manifestantes ressaltaram que os salários atrasam até três meses.

"Tem gente que está com três pagamentos atrasados, outros estão com dois, e eles não estão tentando resolver. Estão tentando pagar apenas um mês de salário, apenas", explicou uma funcionária, que não quis ser identificada.

Diálogo

A Câmara Municipal de São Luís deve discutir, nos próximos dias, a situação de greve dos trabalhadores em transporte rodoviário de São Luís.

O tema deverá ser levado ao plenário da Câmara Municipal, onde haverá discussão sobre as exigências dos rodoviários e a greve, que atingirá usuários do transporte público e São Luís.

Reclamação

Na manhã de ontem, 14, moradores do bairro Sá Viana não permitiram a saída dos ônibus do Consórcio Central, Retrans e Viação Estrela, que atendem a comunidade, do ponto final. De acordo com a população, o ato foi realizado devido a péssima condição de conservação do transporte e de atrasos que chegam a 50 minutos. Agentes da SMTT estiveram no local para tentar amenizar a situação. Moradores ressaltaram que o número de ônibus que atendem a linha foi reduzido de três para dois, o que não é suficiente para atender a demanda da região.

Assinado convênio para utilização da mão de obra carcerária

Assinado convênio para utilização da mão de obra carcerária (Foto: Divulgação)

O **Ministério Público** do Maranhão e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) firmaram, nessa quinta-feira, 14, termo de convênio para inclusão de mão de obra carcerária na confecção de bens e serviços demandados pelas promotorias de justiça e demais órgãos ministeriais.

Assinaram o termo o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e o secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade. O ato foi acompanhado pelo **promotor de justiça** Marco Aurélio Batista Barros, integrante da Assessoria Especial da PGJ e gestores da Seap.

Serão utilizadas na produção dos bens e serviços as oficinas de trabalho gerenciadas pela Seap, entre elas produção de blocos de concreto, pavimentação, reforma de espaços públicos, produção e montagem de móveis planejados, serralheria, confecção de itens de malharia e serigrafia, sem prejuízo de outras posteriormente implantadas.

Os internos do regime semiaberto do sistema penitenciário poderão trabalhar em serviços e locais designados e mantidos pelo **Ministério Público**. Ao assinarem o acordo, os gestores do **MPMA** e da Secretaria explicaram que a finalidade do convênio é inserir internos em ciclos produtivos de trabalho e renda, para viabilizar a ressocialização, capacitação profissional, inclusão social e remição da pena. A medida dá cumprimento à Lei de **Execução Penal** e à Política Começar de Novo.

DADOS SOBRE A MÃO DE OBRA CARCERÁRIA NO MA

Segundo dados da Seap, atualmente, há mais de 3 mil internos inseridos no trabalho externo e interno. São 54 oficinas de trabalho para realização dessas atividades de trabalho, entre as quais fábricas de blocos de concreto; fábrica de móveis em mdf; fábrica de reforma de conjuntos escolares; lavanderia em parceria com a Lençóis Maranhenses; fábrica de estofados em parceria com a Spumaflex; malharia e serigrafia; padaria.

Até o primeiro semestre de 2021, a Seap inaugurou 25 fábricas de blocos, resultando em 40 fábricas em todo o estado. Mais de 600 internos fazem parte da frente de trabalho produzindo, diariamente, cerca de 50 mil blocos.

Site: https://jornalpequeno.com.br/2021/10/15/assinado-convenio-para-utilizacao-da-mao-de-obra-carceraria/

CAROLINA - MPMA aciona Município por falta de acessibilidade nas escolas Imprimir

Ministério Público do Maranhão propôs uma **Ação Civil Pública** contra o Município de Carolina por falta de acessibilidade nas escolas. A ACP foi assinada nesta quinta-feira, 14 de outubro, pelo titular da Promotoria de Justiça de Carolina, Marco Túlio Lopes.

Tramita na Promotoria de Justiça um procedimento de 2016 que investiga a ausência de acessibilidade nas escolas municipais. A partir do procedimento, identificou-se a omissão por parte do Município em relação às adaptações nas escolas para atender minimamente às normas de acessibilidade.

O **promotor de justiça** de Carolina acionou judicialmente o Município por omissão do Poder Executivo. O representante do **Ministério Público** lista, na ACP, os 20 ofícios e a Recomendação enviada ao agente administrativo, pedindo medidas para sanar o problema, mas sem resposta.

"Há 10 anos o **Ministério Público** vem tentando fazer com que o Município tome providências para sanar o déficit com as questões de acessibilidade. No entanto, não há respostas da administração. Desde julho de 2011 o MP vem cobrando providências de forma administrativa, mas nenhuma ação foi tomada, sendo necessário recorrer à via judicial para garantir um direito amparado pela legislação", relata o representante ministerial, Marco Túlio Lopes.

DOS PEDIDOS

O **MPMA** requer que a Justiça obrigue o Município a apresentar, no prazo de 120 dias, projeto completo e cronograma de imediata adequação/adaptação arquitetônica físico-estrutural, tais como banheiros, rampas, corredores e móveis de todos os prédios e imóveis que ofertam serviços públicos sob a responsabilidade do Município de Carolina, especialmente de todas as escolas da zona urbana e rural.

O pedido inclui também a listagem dos imóveis, localidade, diagnóstico da situação atual, projeto de adequação, cronograma de execução das adequações, além das situações emergenciais, como o das escolas onde há estudantes com deficiência matriculados.

Um plano urgente e prioritário das medidas a serem implementadas deve ser apresentado, permitindo que todos esses prédios e imóveis disponham de acessibilidade suficiente para o ingresso, tráfego, permanência e usufruto de todos os recintos e instalações prediais por parte de pessoas com quaisquer deficiências, especialmente cadeirantes, respeitando totalmente a legislação brasileira aplicável. As obras devem ser iniciadas após 120 dias e concluídas no prazo de dois anos.

A ação pede, também, que o Município disponha de profissional intérprete de Libras necessário à oferta e ao acompanhamento de educação integral aos alunos com deficiência, especialmente auditiva, bem como adaptações razoáveis e fornecimento de tecnologias aos alunos que necessitarem, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

O **Ministério Público** pede concessão de tutela de urgência, com multa diária e pessoal ao prefeito de R$10 mil por descumprimento de liminar e bloqueio de verbas públicas no valor de R$500 mil como medida para forçar o cumprimento da obrigação de fazer.

Site: https://www.portaldoitaqui-bacanga.com.br/2021/10/carolina-mpma-aciona-municipio-por.html

MPMA e Seap firmam convênio para utilização de serviços da mão de obra carcerária

Eduardo Ericeira

O **Ministério Público** do Maranhão e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) firmaram, nesta quinta-feira, 14, termo de convênio para inclusão de mão de obra carcerária na confecção de bens e serviços demandados pelas promotorias de justiça e demais órgãos ministeriais.

Assinaram o termo o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e o secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade. O ato foi acompanhado pelo **promotor de justiça** Marco Aurélio Batista Barros, integrante da Assessoria Especial da PGJ e gestores da Seap.

Serão utilizadas na produção dos bens e serviços as oficinas de trabalho gerenciadas pela Seap, entre elas produção de blocos de concreto, pavimentação, reforma de espaços públicos, produção e montagem de móveis planejados, serralheria, confecção de itens de malharia e serigrafia, sem prejuízo de outras posteriormente implantadas.

Os internos do regime semiaberto do sistema penitenciário poderão trabalhar em serviços e locais designados e mantidos pelo **Ministério Público**. Ao assinarem o acordo, os gestores do **MPMA** e da Secretaria explicaram que a finalidade do convênio é inserir internos em ciclos produtivos de trabalho e renda, para viabilizar a ressocialização, capacitação profissional, inclusão social e remição da pena. A medida dá cumprimento à Lei de **Execução Penal** e à Política Começar de Novo.

Após a assinatura do convênio, a convite do secretário Murilo Andrade, o procurador-geral de justiça visitou as instalações da fábrica de móveis que são produzidos pelos internos, localizada na própria sede da Seap, no bairro da Vila Palmeira.

Entusiasmado com o projeto, Eduardo Nicolau pediu dados sobre as ações já realizadas para levar ao conhecimento do Conselho Nacional do **Ministério Público** e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça. Também anunciou que todo o mobiliário das promotorias de justiça e outras unidades do **Ministério Público** do Maranhão utilizará o trabalho da mão de obra carcerária.

DADOS SOBRE A MÃO DE OBRA CARCERÁRIA NO MA

Segundo dados da Seap, atualmente, há mais de 3 mil internos inseridos no trabalho externo e interno. São 54 oficinas de trabalho para realização dessas atividades de trabalho, entre as quais fábricas de blocos de concreto; fábrica de móveis em mdf; fábrica de reforma de conjuntos escolares; lavanderia em parceria com a Lençóis Maranhenses; fábrica de estofados em parceria com a Spumaflex; malharia e serigrafia; padaria.

Até o primeiro semestre de 2021, a Seap inaugurou 25 fábricas de blocos, resultando em 40 fábricas em todo o estado. Mais de 600 internos fazem parte da frente de trabalho produzindo, diariamente, cerca de 50 mil blocos.

Já foram desenvolvidos trabalhos em parceria com órgãos públicos, como a Agência Executiva Metropolitana (AGEM), a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e a Defensoria Pública do Estado (DPE).

Site:
http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/10/mpma-e-seap-firmam-convenio-para.html

"Se o que tens a dizer não é mais belo que o silêncio, então cala-te".

(Pitágoras)

Empresas podem reduzir jornada com derrubada da minirreforma trabalhista?

No começo de setembro o Plenário do Senado rejeitou a Medida Provisória (MP) 1.045/2021, que criou novo programa de redução ou suspensão de salários e jornada de trabalho durante a pandemia de covid-19, mas que em função dos acréscimos na Câmara dos Deputados, foi apelidada de "minirreforma trabalhista".

"Isso significa que muitas das aberturas na legislação que foram possibilitadas de maneira emergências em função da pandemia, deixarão de ter validade e as empresas terão de deixar de utilizar de caminhos para enfrentar a crise como a redução de salários com a redução de jornadas com contrapartidas governamentais", explica o consultor trabalhista da Confirp Consultoria Contábil, Josué Pereira de Oliveira.

Segundo o Senado, o texto original da MP, editado pelo presidente da República, no final de abril, instituiu o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, em moldes parecidos aos do ano passado.

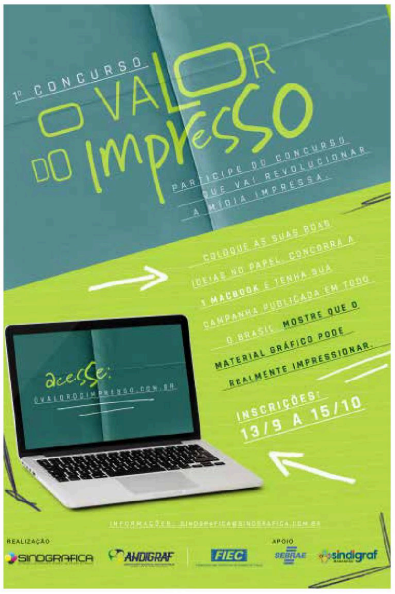
A iniciativa trouxe medidas trabalhistas para o enfrentamento da emergência em saúde pública provocada pelo coronavírus, no intuito de garantir a continuidade das atividades empresariais, com permissão de redução de salários e suspensão de contratos de trabalho.

Dentre as medidas estava a criação do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, pago pela União nas hipóteses de suspensão ou redução da jornada de trabalho, independentemente do cumprimento de período aquisitivo, do tempo de vínculo empregatício ou do número de salários recebidos.

A MP estabeleceu, também, a possibilidade de redução da jornada de trabalho e do salário dos empregados e suspensão temporária dos contratos de trabalho, juntamente com o pagamento do benefício, por até 120 dias. Todas as ações tomadas durante a vigência da MP até agora continuarão válidas. Contudo, para ações futuras isso não será mais possível.

"Mas com a não aprovação, não acaba possibilidade de renegociação de jornada de trabalho. A Constituição Federal e a CLT ainda preveem redução de salário em caso de acordo coletivo junto ao sindicato. O trecho é bem claro quando explica que é lícita, em caso de força maior ou prejuízos devidamente comprovados, a redução geral dos salários dos empregados da empresa, proporcionalmente aos salários de cada um, não podendo, entretanto, ser superior a 25% (vinte e cinco por cento), respeitado, em qualquer caso, o salário-mínimo da região", explica o consultor da Confirp.

Ele complementa que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre esse caso de redução do salário ou a jornada, lembrando que nesse acordo deverão prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo. Mas, ponto fundamental é que não existirá contrapartida governamental para os funcionários.



Othelino anuncia retorno do 'Assembleia em Ação' na região do Vale do Pindaré

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), anunciou, nesta quinta-feira (14), o retorno dos encontros do 'Assembleia em Ação', programa itinerante do Parlamento Estadual, que tem como objetivo aproximar, cada vez mais, a Casa do Povo dos municípios, da classe política e da sociedade. O evento, que havia sido suspenso por conta da pandemia, está em sua quinta edição e acontecerá, no próximo dia 22, em Santa Inês, na W Eventos.

Os trabalhos foram conduzidos pelo chefe do Legislativo maranhense, que convidou todos os representantes dos 26 municípios do Vale do Pindaré para estarem presentes.

"Além dos deputados, convido prefeitos, vereadores, líderes políticos e a sociedade civil para participarem desse importante momento de atualização de informações e experiências em que a Assembleia sai da capital e se interioriza para ouvir cada região do Maranhão, fortalecendo as políticas públicas com vistas à melhoria da qualidade de vida da população", disse Othelino Neto.

Othelino Neto informou o retorno dos encontros do "Assembleia em Ação", no próximo dia 22, em Santa Inês

A programação contará com as palestras 'Processo Legislativo', ministrada pelo diretor-geral da Mesa Diretora da Assembleia, Bráulio Martins, e pelo consultor legislativo constitucional da Casa, Anderson Rocha; e 'Eleições 2022: As mudanças na Legislação Eleitoral', proferida pelo diretor de Administração da Alema, Antino Noleto. Em seguida, os participantes poderão fazer perguntas e expor demandas de seus municípios.

O evento ainda promove a troca de experiências entre o Legislativo Estadual e as Câmaras de Vereadores. As primeiras edições aconteceram nos municípios de Balsas, Timon, Trizidela do Vale e Imperatriz.

MPMA promove webinário para debater sobre segurança em ambientes digitais

O Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, deu início nessa quinta-feira (14) ao "Webinário - Proteção de Dados e Cibersegurança: você como produto nas redes sociais". Hoje é o último dia da atividade que está sendo transmitida no canal do YouTube da Escola Superior do MPMA.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, fez a abertura do evento, saudou a todos os presentes e destacou a importância da iniciativa de debater uma temática tão relevante para os dias atuais.

"Meu desejo é que todo o público seja impactado pelo webinário", estimou Nicolau.

A promotora de Justiça e coordenadora do CAOp-Consumidor, Lítia Cavalcanti, também enfatizou que o tema é de grande relevância para a atualidade, pois discute questões do ambiente virtual, universo que faz parte do trabalho dos promotores e do cotidiano dos consumidores e de todos os cidadãos. Ela ressaltou que o curso é o início de uma trajetória que o CAOp propõe para 2022, uma agenda pautada na Lei de Proteção de Dados e no estudo dos crimes cibernéticos.

O presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Gilberto Câmara França Júnior, desejou êxito ao webinário e afirmou que as atividades organizadas pelo CAOp-Consumidor são marcadas pela eficiência.

O primeiro expositor do webinário foi o PhD da Escola de Ciências e Artes da Universidade de São Paulo – USP, Lucas Vieira de Araújo, que apresentou a palestra "Máquinas e Éticas: diálogo necessário".

Para o palestrante, as máquinas de informação, computadores e smartphones, na atualidade, são quase como peças do vestuário. Mas, destacou: "quanto mais a gente depende destas máquinas, mais elas nos aprisionam".

A segunda exposição contou com a palestra "Redes Sociais: riscos, ataques e golpes", ministrada pelo professor da rede de ensino superior de Minas Gerais e especialista em sistemas pela Universidade de Maryland-EUA, Francisco de Assis. Os temas abordados foram Lei Geral de Proteção de Dados, Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet.

O webinário contou com interatividade por meio da sala de bate-papo do canal.

Ministério da Saúde intensifica informações sobre a prevenção do câncer de mama

Outubro é especial para a saúde da mulher: o mês segue a tradição de ser dedicado ao debate sobre a prevenção, o diagnóstico e o tratamento do câncer de mama, que corresponde a cerca de 28% dos novos casos de câncer em mulheres.

O cuidado deve ser diário, mas neste mês o Ministério da Saúde intensifica as informações sobre o tema.

Por meio da nova edição do Boletim Temático da Biblioteca da Pasta, a população poderá acessar uma série de publicações sobre os cuidados e a prevenção da doença.

O controle do câncer de mama é uma das prioridades da agenda de saúde no Brasil.

De acordo com o documento, divulgado nessa quinta-feira (14), a perspectiva atual do Sistema Único de Saúde (SUS) é impulsionar a organização das redes regionalizadas de atenção à saúde para garantir a detecção precoce, a investigação diagnóstica e o tratamento, reduzindo o número de casos avançados e a mortalidade pela doença.

A publicação do mês fala sobre os mitos e as verdades sobre esse tipo de melanoma.

Por exemplo, você sabia que é verdade que amamentar protege contra o câncer de mama? Também é verídico que a atividade física ajuda na prevenção da doença. (COM INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE)

70 anos JORNAL PEQUENO
Diretora Presidente - Hilda Marques Bogéa | Diretor de Jornalismo - Lourival Marques Bogéa | Diretor de Distribuição - Luiz Antônio Marques Bogéa
Sócios-Diretores - José Ribamar Bogéa Filho, Luis Eduardo Marques Bogéa e Gutemberg Marques Bogéa
TELEFONES
Recepção: 98 99604-2259 | Assinatura: 98 98147-3402 / 98 98906-6313 | Redação: 98 99114-5166 | Circulação: 98 98738-5960
Comercial: 98 99615-7079 | JP Turismo: 98 99602-2859 / 98 98818-1223
Assinatura Mensal: R$ 40,00 | Assinatura Trimestral: R$ 120,00 | Assinatura Semestral: R$ 240,00 | Assinatura Anual: R$ 480,00
www.jornalpequeno.com.br | redacao@jornalpequeno.com.br | comercial: publicacaojp@gmail.com

Abraço do Dia

O nosso abraço desta sexta-feira vai para a arquiteta Cláudia Sopas, que ministra a exposição coletiva "Ser Menina", em cartaz nos espaços de artes do Ministério Público do Maranhão em São Luís. A mostra reúne obras dos estudantes do Centro de Ensino Maria José Aragão, da Cidade Operária, e da Fundação Justiça e Paz se Abraçarão.

Tuitaço

• Solta depois de 14 dias, Rosângela Melo furtou dois pacotes de miojo, uma coca-cola e um saco de suco em pó, um total de R$ 21,69. Desde a prisão, transporte, impressão de papéis e trâmites do sistema judiciário, o estado gastou R$ 3.976,00. 188 vezes o valor furtado. @eujozino

• A reprovação ao governo do capitão recuou de 63% para 58%. Enquanto isso as crianças brigam no maternal da política. @frednavarro

• 100 milhões de brasileiros que decidiram ignorar o discurso antivacina do presidente da República. VIVA!!! @BrunnoMeloCBN

• Ciro esbravejou que Dilma foi incompetente na economia e deixou o país em ruínas. É verdade. Curiosamente, até onde a vista alcança, as medidas econômicas que Ciro tomaria fariam o mesmo. @GustavoNogy

• Política online até que é legal. O que estraga tudo é o fandom tóxico. O pessoal que pesquisa fandom precisa reconhecer que além da cultura pop, dos mangás e dos games, há hoje fandoms políticos. E tão tóxicos quanto Barbz, Armys, fãs de Naruto... a mesma atitude, mesmas táticas @willgomes

Rarará

Com a borracha se apaga, com o apontador se aponta. Se quer cuidar da minha vida, então paga minhas contas.

***

Joãozinho, vou te fazer uma pergunta.
- Tudo bem, fessôra.
- Como se chama um animal que não come carne?
- Essa é fácil, é o trabalhador brasileiro.

Sobe/Desce

Sobe

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) dará início, nesta sexta-feira, 15, à distribuição de absorventes para estudantes da rede pública estadual. A ação visa combater a chamada pobreza menstrual, que afeta estudantes de famílias com baixo poder aquisitivo em todo o Brasil, por conta da carência de acesso a produtos para uma boa higiene no período da menstruação.

Desce

Um jogo do XII Campeonato da Advocacia Maranhense organizado pela Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão terminou em uma pancadaria nessa quarta-feira (13). Uma das partidas acabou em uma grande confusão, e o árbitro ainda foi agredido.

MPMA promove webinário para debater sobre segurança em ambientes digitais

O **Ministério Público** do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, deu início nessa quinta-feira (14) ao "Webinário - Proteção de Dados e Cibersegurança: você como produto nas redes sociais".

Hoje é o último dia da atividade que está sendo transmitida no canal do YouTube da **Escola Superior do MPMA**.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, fez a abertura do evento, saudou a todos os presentes e destacou a importância da iniciativa de debater uma temática tão relevante para os dias atuais.

"Meu desejo é que todo o público seja impactado pelo webinário", estimou Nicolau.

A promotora de Justiça e coordenadora do CAOp-Consumidor, Lítia Cavalcanti, também enfatizou que o tema é de grande relevância para a atualidade, pois discute questões do ambiente virtual, universo que faz parte do trabalho dos promotores e do cotidiano dos consumidores e de todos os cidadãos. Ela ressaltou que o curso é o início de uma trajetória que o CAOp propõe para 2022, uma agenda pautada na Lei de Proteção de Dados e no estudo dos crimes cibernéticos.

O presidente da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (Ampem), Gilberto Câmara França Júnior, desejou êxito ao webinário e afirmou que as atividades organizadas pelo **CAOp-Consumidor** são marcadas pela eficiência.

O primeiro expositor do webinário foi o PhD da Escola de Ciências e Artes da Universidade de São Paulo - USP, Lucas Vieira de Araújo, que apresentou a palestra "Máquinas e Éticas: diálogo necessário".

Para o palestrante, as máquinas de informação, computadores e smartphones, na atualidade, são quase como peças do vestuário.

Mas, destacou: "quanto mais a gente depende destas máquinas, mais elas nos aprisionam".

A segunda exposição contou com a palestra "Redes Sociais: riscos, ataques e golpes", ministrada pelo professor da rede de ensino superior de Minas Gerais e especialista em sistemas pela Universidade de Maryland-EUA, Francisco de Assis. Os temas abordados foram Lei Geral de Proteção de Dados, Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet.

O webinário contou com interatividade por meio da sala de bate-papo do canal.

Tendas literárias e culturais reúnem crianças do Bairro de Fátima

O local de encontro foi na praça da Paróquia Nossa Senhora de Fátima. O projeto é de autoria da escritora e pedagoga Anizia Nascimento, e de seu filho, André Guterres

LUCIENE VIEIRA

FOTOS: GILSON FERREIRA

Crianças foram beneficiadas com diversas ações, entre lúdicas e de higiene pessoal

Nessa quinta-feira (14), foi realizada a segunda edição do projeto Tendas Literárias e Culturais nas praças de São Luís, idealizado pela escritoraAnizia Nascimento e o seu filho, André Guterres. Desta vez, o evento aconteceu na praça da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, no Bairro de Fátima. Houve exposições de brinquedos fabricados a partir de materiais recicláveis, ações de saúde, brincadeiras e leituras.

A primeira edição, segundo Anizia, ocorreu no bairro da Liberdade, na Biblioteca Comunitária João Damasceno. "O projeto é meu e de meu filho. Ele foi idealizado em 2005, mas eu só o coloquei na prática ano passado, sendo que a partir de 2017 eu já trabalhava nele, o refiz, o atualizei, o modernizei, e hoje o apresento com muita satisfação", informou Anizia, que é pedagoga aposentada, e já escreveu dois livros de literatura infantil.

Anizia informou que o Tendas Literárias e Culturais nas praças de São Luís conta com a parceria da Secretaria Municipal de Cultura (Secult), da capital maranhense. "Temos outros parceiros. As tendas que utilizamos nos eventos são emprestadas pelo Serviço Social da Indústria (Sesi)", destacou Anizia.

CRONOGRAMA DE EVENTOS

A autora do projeto informou que já tem um cronograma das edições a serem realizadas, nos próximos quatro meses. "Sempre vamos levar para cada comunidade escolhida a literatura, o teatro, saúde, e informações no geral. Hoje (ontem), temos uma exposição de brinquedos fabricados com materiais reaproveitáveis; outra mesa com mensuração de pressão e medição de glicose para o público adulto, que são os responsáveis em trazer as crianças para a praça; e uma tenda com livros de bibliotecas municipais e do acervo da Secretaria Municipal de Educação", disse a pedagoga. Ainda na programação de ontem, houve oficina de turbantes, promoção de atividades em saúde bucal, e lanche. As ações sociais ocorreram das 8h às 17h30. Anizia informou que o projeto sempre priorizará bairros carentes de São Luís, locais onde segundo a pedagoga não há cultura literária forte.

Idealizadora do projeto, Anizia Nascimento falou sobre seus objetivos e planos futuros

MPMA e Seap firmam convênio para utilização da mão de obra carcerária

O Ministério Público do Maranhão e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) firmaram, nessa quinta-feira (14), termo de convênio para inclusão de mão de obra carcerária na confecção de bens e serviços demandados pelas promotorias de justiça e demais órgãos ministeriais.

Assinaram o termo o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e o secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade. O ato foi acompanhado pelo promotor de justiça Marco Aurélio Batista Barros, integrante da Assessoria Especial da PGJ e gestores da Seap.

Serão utilizadas na produção dos bens e serviços as oficinas de trabalho gerenciadas pela Seap, entre elas produção de blocos de concreto, pavimentação, reforma de espaços públicos, produção e montagem de móveis planejados, serralheria, confecção de itens de malharia e serigrafia, sem prejuízo de outras posteriormente implantadas.

Os internos do regime semiaberto do sistema penitenciário poderão trabalhar em serviços e locais designados e mantidos pelo Ministério Público. Ao assinarem o acordo, os gestores do MPMA e da Secretaria explicaram que a finalidade do convênio é inserir internos em ciclos produtivos de trabalho e renda, para viabilizar a ressocialização, capacitação profissional, inclusão social e remição da pena. A medida dá cumprimento à Lei de Execução Penal e à Política Começar de Novo.

DIVULGAÇÃO

Procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e secretário Murilo Andrade, assinaram termo de compromisso

Após a assinatura do convênio, a convite do secretário Murilo Andrade, o procurador-geral de justiça visitou as instalações da fábrica de móveis que são produzidos pelos internos, localizada na própria sede da Seap, no bairro da Vila Palmeira.

Entusiasmado com o projeto, Eduardo Nicolau pediu dados sobre as ações já realizadas para levar ao conhecimento do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça. Também anunciou que todo o mobiliário das promotorias de justiça e outras unidades do Ministério Público do Maranhão utilizará o trabalho da mão de obra carcerária.

MÃO DE OBRA CARCERÁRIA

Segundo dados da Seap, atualmente, há mais de 3 mil internos inseridos no trabalho externo e interno. São 54 oficinas de trabalho para realização dessas atividades de trabalho, entre as quais fábricas de blocos de concreto; fábrica de móveis em mdf; fábrica de reforma de conjuntos escolares; lavanderia em parceria com a Lençóis Maranhenses; fábrica de estofados em parceria com a Spumaflex; malharia e serigrafia; padaria.

Até o primeiro semestre de 2021, a Seap inaugurou 25 fábricas de blocos, resultando em 40 fábricas em todo o estado. Mais de 600 internos fazem parte da frente de trabalho produzindo, diariamente, cerca de 50 mil blocos.

Cláudio Humberto

www.diariodopoder.com.br

Com André Brito e Tiago Vasconcelos

"Seguem iguais, não aprenderam nada. Criminosos"
Ministro Onyx Lorenzoni (Trabalho), no dia de mais uma invasão do MST

Temor é que Pacheco boicote redução de preços

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem não ter dúvida de que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), vai agilizar e aprofundar o exame da proposta, aprovada por quase 400 deputados federais, alterando o ICMS sobre os combustíveis. Mas, na Câmara, muitos parlamentares duvidam da sinceridade de Pacheco quando, ainda na noite de quarta (13), disse que o País "já não suporta" os aumentos e que o Congresso precisa agir com rapidez contra isso.

Mais do mesmo

Como é habitual, horas depois Pacheco passou a defender interesses dos críticos do projeto, dizendo ser preciso "ouvir os governadores".

Passando o rodo

Os governadores, que hoje nadam em dinheiro, não querem perder o bem-bom dos bilhões extras gerados pelos aumentos da Petrobras.

Pura 'embromation'

A promessa de "ouvir os governadores", na prática, garante holofotes a Rodrigo Pacheco, mas também provocará demora na votação.

Trocando em miúdos

A governista Bia Kicis (PSL-DF) definiu a votação de 4ª-feira: "a Câmara aprovou a redução no preço do combustível". E o Senado, fará o quê?

Política de lucros força privatização da Petrobras

Bolsonaro parece finalmente convencido da necessidade de privatizar a empresa "pública" Petrobras. A estatal, que se comporta como se fosse particular (pior, submissa a acionistas minoritários), saiu do controle do acionista majoritário, que é o povo brasileiro representado pelo chefe do Executivo. A estatal já não investe e prioriza apenas a distribuição de dividendos. A política selvagem de lucros da Petrobras é o que provoca reações como a do presidente, de simpatia à ideia de sua privatização.

Xô, monopólio

O problema é a definição do modelo de privatização. O primeiro passo é eliminar o seu maior privilégio. Afinal, não dá para privatizar monopólio.

Concorrência, já

Economistas apontam outra providência necessária antes de privatizar: abrir o Brasil para que outras petroleiras concorram com a Petrobrás.

Fatiar é preciso

Outro ponto, antes de levar a Petrobras a leilão, é fatiar a empresa. Quem a comprar não pode concentrar tanto poder no mercado brasileiro.

Passo glorioso

Falou-se muito sobre o projeto reduzindo o preço do combustível, "muito engenhoso" segundo o experiente ex-ministro Delfim Netto, mas pouco sobre seu autor. Trata-se do deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT), para quem "é somente o primeiro passo, mas um passo glorioso."

Outra goleada

O presidente da Câmara, Arthur Lira, confirmou: a PEC que altera e amplia a composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) será votada terça-feira (19). Espera-se nova goleada.

Ela, não

A CPI falava em "indiciar" 30 pessoas. Passou a 34, a 40 e agora 50. Espera-se que entre estas não esteja d. Déa, mãe do saudoso ator Paulo Gustavo, por não haver permitido a exploração política da morte do filho.

Camomila na veia

Bolsonaro deve utilizar todo o seu estoque de paciência ao receber o senador "seachão" Davi Alcolumbre. Se o presidente não for capaz de garantir sua difícil sua reeleição no Amapá, bye, bye, sabatina.

Ato 'democrático'?

Teria sido "ato antidemocrático" o ataque covarde à sede da Associação Brasileira de Produtores de Soja não fosse a Aprosoja presidida por um bolsonarista. Aliás, a entidade virou alvo exatamente por essa razão.

Vagabundos

O deputado José Medeiros (Pode-MT) ironizou manchetes sobre a invasão da sede da Aprosoja por "trabalhadores rurais". Ele postou foto dos delinquentes e tascou: "Não tem um trabalhador aí. Só malandro".

100% nacional

O presidente Jair Bolsonaro comemorou sucesso da bateria de nióbio, que sempre defendeu. "Permitirá carros elétricos recarregarem em 6 minutos. VW e a Toshiba já fecharam parceria para comercializarem".

Ferramenta pedetista

Para o presidente do PCO, Rui Costa Pimenta, a acusação de Ciro Gomes de que "Lula participou da conspiração" contra Dilma, mostra que Ciro é "uma ferramenta dos golpistas que elegeram Bolsonaro".

Pergunta na Justiça

O STF vai mandar prender os delinquentes que participaram de ato antidemocrático na sede da Aprosoja?

PODER SEM PUDOR

Sem explicações

Paulo Maluf perdeu a eleição para prefeito de São Paulo, em 1990, apesar do gênio criativo do marqueteiro Duda Mendonça – que fez, a rigor, seu primeiro trabalho importante na área. Duda decidiu explicar as razões da derrota e até pedir desculpas. Maluf não o permitiu: "Meu caro Duda, nunca se explique: para os amigos, não precisa e, para os inimigos, não adianta!"

MPMA e Seap firmam convênio para utilização da mão de obra carcerária

O **Ministério Público** do Maranhão e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) firmaram, nessa quinta-feira (14), termo de convênio para inclusão de mão de obra carcerária na confecção de bens e serviços demandados pelas promotorias de justiça e demais órgãos ministeriais.

Assinaram o termo o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e o secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade. O ato foi acompanhado pelo **promotor de justiça** Marco Aurélio Batista Barros, integrante da Assessoria Especial da PGJ e gestores da Seap.

Serão utilizadas na produção dos bens e serviços as oficinas de trabalho gerenciadas pela Seap, entre elas produção de blocos de concreto, pavimentação, reforma de espaços públicos, produção e montagem de móveis planejados, serralheria, confecção de itens de malharia e serigrafia, sem prejuízo de outras posteriormente implantadas.

Os internos do regime semiaberto do sistema penitenciário poderão trabalhar em serviços e locais designados e mantidos pelo **Ministério Público**. Ao assinarem o acordo, os gestores do **MPMA** e da Secretaria explicaram que a finalidade do convênio é inserir internos em ciclos produtivos de trabalho e renda, para viabilizar a ressocialização, capacitação profissional, inclusão social e remição da pena. A medida dá cumprimento à Lei de **Execução Penal** e à Política Começar de Novo.

Após a assinatura do convênio, a convite do secretário Murilo Andrade, o procurador-geral de justiça visitou as instalações da fábrica de móveis que são produzidos pelos internos, localizada na própria sede da Seap, no bairro da Vila Palmeira.

Entusiasmado com o projeto, Eduardo Nicolau pediu dados sobre as ações já realizadas para levar ao conhecimento do Conselho Nacional do **Ministério Público** e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça.

Também anunciou que todo o mobiliário das promotorias de justiça e outras unidades do **Ministério Público** do Maranhão utilizará o trabalho da mão de obra carcerária.

MÃO DE OBRA CARCERÁRIA Segundo dados da Seap, atualmente, há mais de 3 mil internos inseridos no trabalho externo e interno. São 54 oficinas de trabalho para realização dessas atividades de trabalho, entre as quais fábricas de blocos de concreto; fábrica de móveis em mdf; fábrica de reforma de conjuntos escolares; lavanderia em parceria com a Lençóis Maranhenses; fábrica de estofados em parceria com a Spumaflex; malharia e serigrafia; padaria.

Até o primeiro semestre de 2021, a Seap inaugurou 25 fábricas de blocos, resultando em 40 fábricas em todo o estado. Mais de 600 internos fazem parte da frente de trabalho produzindo, diariamente, cerca de 50 mil blocos.

Senado começa a analisar proposta que fixa valor para cobrança de ICMS sobre combustíveis

Texto aprovado na Câmara obriga estados e DF a especificarem a alíquota para cada produto por unidade de medida adotada, e não mais sobre o valor da mercadoria

GIL MARANHÃO

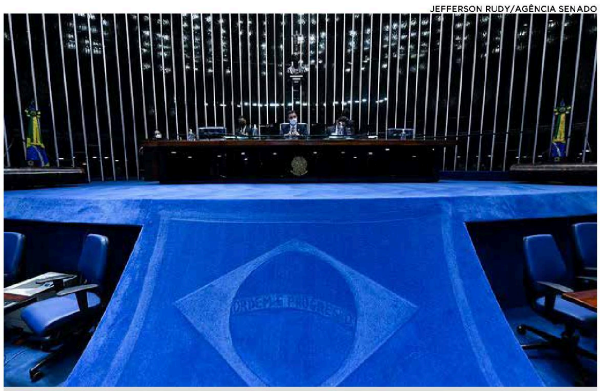
O Senado Federal começou a analisar o projeto que fixa o valor para cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis (PLP 11/2020). O texto foi aprovado na noite de quarta-feira (13), pela Câmara dos Deputados, e obriga estados e Distrito Federal a especificarem a alíquota para cada produto por unidade de medida adotada, que pode ser litro, quilo ou volume, e não mais sobre o valor da mercadoria.

A proposta, na prática, torna o ICMS invariável frente a variações do preço do combustível ou de mudanças do câmbio.

O substitutivo aprovado pelos deputados prevê que as mudanças na legislação devem levar à redução do preço final praticado ao consumidor de, em média, 8% para a gasolina comum, 7% para o etanol hidratado e 3,7% para o diesel B.

Atualmente, o ICMS incidente sobre os combustíveis é devido por substituição tributária para frente, sendo a sua base de cálculo estimada a partir dos preços médios ponderados ao consumidor final, apurados quinzenalmente pelos governos estaduais. As alíquotas de ICMS para gasolina, como exemplo, variam entre 25% e 34%, de acordo com o estado.

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Proposta já está em análise no Senado, após ser aprovada pela Câmara dos Deputados

CELERIDADE

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), já garantiu que dará prioridade à matéria. Segundo ele, há vários fatores que influenciam na alta do preço dos combustíveis no país. Uma delas é a questão do câmbio – coma desvalorização do real diante do dólar, o preço dos combustíveis tende a subir, avaliou o senador, ressaltando que que é preciso conferir estabilidade à política nacional, para assim o câmbio ficar estável e os preços não sofrerem seguidos reajustes.

Outro fator é a atuação da Petrobras. Na opinião de Pacheco, a empresas tem uma função social e precisa ter elementos para colaborar com um preço mais acessível. Ele também chamou a atenção para a questão tributária, que poderia ser remodelada. "Precisamos estabilizar o preço dos combustíveis, tornar o preço mais palatável para o desenvolvimento do país. Não tem como desenvolver o país com este preço. O Senado está muito aberto às boas propostas", completou.

Votação da proposta sobre interferência política no Ministério Público é adiada para terça-feira

A votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/21, que muda a composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que estava prevista para essa quinta-feira (14), foi adiada para a terça-feira da próxima semana. A medida vem recebendo críticas, em todo o Brasil, de procuradores e entidade representativas da categoria, que consideram a PEC uma interferência política dieta na atuação do Ministério Público.

A decisão do adiamento foi anunciada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). A ideia é ganhar mais tempo para conseguir consenso para aprovação da matéria. "Esta presidência informa que nós hoje terminaríamos a discussão da matéria e marcaríamos a votação para a terça-feira, um dia mais adequado, com o Plenário mais completo para facilitar a discussão tornando-a mais democrática", disse.

O relatório foi apresentado no início da tarde, pelo deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), e amplia o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Serão 17 integrantes (ante os atuais 14), sendo 5 indicados ou eleitos pelo Poder Legislativo (hoje são 2). O texto ainda trata da escolha do corregedor nacional do Ministério Público, que será o vice-presidente do CNMP, e determina a elaboração de um código de ética no prazo de 120 dias após a promulgação da emenda constitucional. E diz que se esse prazo não for cumprido, caberá ao Congresso elaborar uma lei ordinária.

Segundo o relator, a "proposta integra-se de modo harmônico ao sistema de freios e contrapesos, com a vantagem de incrementar a legitimidade democrática do CNMP". Ele afirmou que o conselho continuará a exercer a fiscalização administrativa, financeira e disciplinar, mantida a autonomia do MP. O mandato dos integrantes do CNMP continuará a ser de dois anos, permitida uma recondução, e cada candidato precisará passar por sabatina no Senado. A presidência do conselho nacional permanecerá com o procurador-geral da República.

Lira defendeu o texto do relator. "Eu não acho que seja necessário fazer esse debate, neste momento, desta forma. Mas, se precisar, nós o faremos para esclarecer. Não há nenhum artigo nessa PEC que roube, que tire, que macule, que misture qualquer ato funcional do Ministério Público. Se havia qualquer dúvida, essa dúvida foi esclarecida no texto que fez o relator Paulo Magalhães", destacou. (Gil Maranhão)

ALUGA-SE PARA EVENTOS
TEMPORADAS E FINAIS DE SEMANA. RESERVE AGORA:
Piscina, campo de futebol, churrasqueira e toda estrutura que você merece.
99974-4522 / 98725-9606 / 98109-5310

CYAN MAGENTA YELLOW BLACK

Votação da proposta sobre interferência política no Ministério Público é adiada para terça-feira

A votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/21, que muda a composição do Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP), que estava prevista para essa quinta-feira (14), foi adiada para a terça-feira da próxima semana. A medida vem recebendo críticas, em todo o Brasil, de procuradores e entidade representativas da categoria, que consideram a PEC uma interferência política dieta na atuação do **Ministério Público**.

A decisão do adiamento foi anunciada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). A ideia é ganhar mais tempo para conseguir consenso para aprovação da matéria. "Esta presidência informa que nós hoje terminaríamos a discussão da matéria e marcaríamos a votação para a terça-feira, um dia mais adequado, com o Plenário mais completo para facilitar a discussão tornando-a mais democrática", disse.

O relatório foi apresentado no início da tarde, pelo deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), e amplia o Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP).

Serão 17 integrantes (ante os atuais 14), sendo 5 indicados ou eleitos pelo Poder Legislativo (hoje são 2). O texto ainda trata da escolha do corregedor nacional do **Ministério Público**, que será o vice-presidente do CNMP, e determina a elaboração de um código de ética no prazo de 120 dias após a promulgação da emenda constitucional. E diz que se esse prazo não for cumprido, caberá ao Congresso elaborar uma lei ordinária.

Segundo o relator, a "proposta integra-se de modo harmônico ao sistema de freios e contrapesos, com a vantagem de incrementar a legitimidade democrática do CNMP". Ele afirmou que o conselho continuará a exercer a fiscalização administrativa, financeira e disciplinar, mantida a autonomia do MP. O mandato dos integrantes do CNMP continuará a ser de dois anos, permitida uma recondução, e cada candidato precisará passar por sabatina no Senado. A presidência do conselho nacional permanecerá com o procuradorgeral da República.

Lira defendeu o texto do relator. "Eu não acho que seja necessário fazer esse debate, neste momento, desta forma.

Mas, se precisar, nós o faremos para esclarecer. Não há nenhum artigo nessa PEC que roube, que tire, que macule, que misture qualquer ato funcional do **Ministério Público**. Se havia qualquer dúvida, essa dúvida foi esclarecida no texto que fez o relator Paulo Magalhães", destacou. (Gil Maranhão)